

REUNIÃO CONATRAE

Ata da ordem do dia 24 de julho de 2014.

Brasília – DF

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA REUNIÃO DO CONATRAE

Local: Secretaria de Direitos Humanos, Brasília-DF

Data: 24 de julho de 2014

1 Aos vinte e quatro dias do mês de julho de dois mil e quatorze aconteceu a reunião do
2 CONATRAE sob Coordenação da Sra. Ministra Ideli Salvatti. **ABERTURA:** A Sra.
3 Ministra Ideli Salvatti dá início a reunião saudando a todos e recordando a sua
4 importante referência na primeira aprovação da PEC do trabalho escravo depois de
5 muito esforço no Congresso Nacional. Continua relatando e parabenizando os presentes
6 e a OIT pela participação a delegação brasileira, expondo os avanços legislativos e a
7 influência significativa que obtiveram sobre a Constituição Brasileira na esfera
8 nacional, tanto quanto internacional junto à Organização Internacional do Trabalho.
9 Expõe que já foi tratado com o Sr. Ministro Manoel Dias que por o Brasil ser o primeiro
10 ou um dos primeiros países a fazer a ratificação da resolução, será necessária a
11 realização de uma reunião importante no dia doze de agosto, e que a meta para Câmara
12 e Senado é trabalhar adequadamente para já ser possível ajustar, acelerar e finalizar o
13 processo de análise de tramitação juntamente com o Ministério das Relações Exteriores
14 e o Sr. Ministro Figueiredo no Ministério do Trabalho ao invés de iniciá-lo, para que
15 possa já ser enviado para aprovação legislativa ao Congresso Nacional antes que seja
16 feito algum debate. Prossegue dando boas vindas a todos os Conselheiros, na esperança
17 de uma produtiva reunião. O Sr. Coordenador Geral José Guerra saúda aos participantes
18 e reforça a idéia anterior exposta pela Sra. Ministra Ideli Salvatti sobre o trabalho
19 escravo no Brasil juntamente com o fortalecimento da rede de Comissões nacional e
20 estaduais. Cita como pessoas presentes o Sr. Conselheiro Carlos Henrique Caiper
21 COETRAE do Rio Grande do Sul, a Conselheira Sra. Juliana Armede, COETRAE São
22 Paulo, e Conselheiros Representantes das COETRAES do Rio de Janeiro, Espírito
23 Santo, Goiás, entre outras. Lembra que deverá ser feito um terceiro encontro além dos
24 outros dois sendo um em outubro de 2011 no Mato Grosso e outro no Maranhão em
25 julho de 2013 e que para esse ano a sede será o Estado de São Paulo, representado pela
26 Sra. Conselheira Juliana Armede e o Sr. Leonardo Sakamoto, com a apresentação de um
27 projeto para o encontro que será realizado dias dez e onze de novembro na Capital.

28 Informa que a Diretoria do Fundo das Nações Unidas para a erradicação do trabalho
29 escravo parabeniza o Sr. Leonardo Sakamoto por representar a missão mundial do
30 combate ao trabalho escravo. A Sra. Ministra Ideli Salvatti informa que em umas das
31 reuniões quinzenais com os secretários foi identificado para a organização de um
32 Encontro Nacional das COETRAES e reforça que é necessário promover ações, atos e
33 reuniões até novembro. Os membros concordam com este posicionamento. A Sra.
34 Ministra Ideli Salvatti continua dizendo que isso se faz necessário para que seja possível
35 identificar estados por grau de incidência, recomendando um calendário na tentativa de
36 intensificar e exigir os trabalhos e cita também o compromisso dos candidatos a
37 presidência e governos estaduais acerca desse tema. Os membros então discorrem sobre
38 o encontro da SUCRUETAS, e o envolvimento entre a CONATRAE e as comissões
39 estaduais para estabelecer metas conjuntas. Prosseguem informando o orgulho para com
40 a reunião que acontecerá em novembro delimitando como o Auditório da Secretaria
41 Estadual de Justiça e Defesa da Cidadania sendo o local para a mesma, afirmando que
42 cada um dos presentes pode se posicionar por sua comissão estadual, lembrando o
43 momento de desafio inicial da criação e estabelecimento de planos para cada comissão
44 para a interferência na política estadual, além de informarem que as comissões não
45 podem servir como ONGS e sim que precisam agir de forma transversal já que o
46 combate ao trabalho escravo se dá em diferentes áreas e esferas, ressaltando a
47 necessidade de uma discussão para sanar as eventuais problemáticas e dificuldades
48 apresentadas. Informam que os membros governamentais teriam que custear seu
49 deslocamento e hospedagem para a reunião, porém, que pelo menos um membro da
50 Sociedade Civil e do Poder Público seriam custeados pela COETRAE, que será um
51 evento aberto para outras pessoas e que está sendo elaborado um site com o apoio da
52 OIT com o lançamento previsto para agosto com as informações deste encontro,
53 expondo que além dos dias dez e onze, também haverá um encontro nos dias seguintes
54 doze, treze e quatorze organizado pelo Grupo de Pesquisa em Trabalho Escravo
55 Contemporâneo da UFRJ, criado e coordenado pelo Sr. Ricardo Resende, que
56 apresentou a idéia de fazê-lo também em SP tendo como hospedagem uma residência
57 particular, reunindo pesquisadores do Brasil e do exterior. O Sr. Coordenador Geral
58 José Guerra informa que é necessário um prazo para a representação do Estado, do
59 poder público e da Sociedade Civil na oficialização do convite tanto para os membros
60 da CONATRAE e COETRAES e informa que antes do encontro será enviado com as
61 informações. Os membros enaltecem que São Paulo é uma cidade com problemas como

62 todas as outras, mas que pode proporcionar bons momentos, sugerindo que se for
63 possível, para que todos permaneçam até o dia quatorze para o Encontro Científico. O
64 Sr. Coordenador Geral José Guerra relata que essa será o sétimo encontro já que o
65 primeiro não foi nomeado como Reunião Científica onde se recebe um texto que
66 posteriormente é transformado em livro para a realização de consultas, estudos e
67 pesquisas sobre o trabalho escravo no Brasil e no exterior salientando que no site da
68 repórter Brasil lançará uma inscrição para calcular a quantidade de participantes. Os
69 membros concordam e reafirmam que será pedido que a secretaria da CONATRAE
70 envie essa informação a todos. Prosseguem delimitando o local do Encontro das
71 CONATRAEs sendo o auditório da Secretaria de Justiça, e do Encontro Científico no
72 campus da APUC Monte Alegre, pedindo a colaboração com os microfones pois a sala
73 está com poucos espaço devido a quantidade de membros. A Sra. Ministra Ideli Salvatti
74 indaga que o Ministério Público do Trabalho realiza anualmente encontro com os
75 procuradores e questiona a pronúncia da Doutora Cristiane do MPT com relação
76 a possibilidade desse encontro acontecer também no mês de novembro em SP pois
77 causaria uma dificuldade para conciliar as reuniões. O Sr. Conselheiro Carlos Eduardo
78 informa que esse encontro é promovido pela Associação Nacional dos Procuradores do
79 Trabalho, sendo feita exatamente entre os dias treze a dezesseis porém, em Santa
80 Catarina, e que devido ao número de 500 participantes ou mais, com a logística de
81 hotéis e hospedagem já providenciada não seria possível mudar as datas. O Dr. Oswaldo
82 relata que o Encontro dos Procuradores da Coordenadoria Nacional da Erradicação do
83 Trabalho Escravo pode conciliar e sacrificar o dia doze que é a reunião do GPTEC
84 afirmando que seria muito produtiva a participação desses membros nessas reuniões. Os
85 membros sugerem, sabendo das dificuldades, que o Dr. Oswaldo examine a
86 possibilidade de convergir a reunião com os procuradores da segunda Câmara do
87 Ministério Público Federal para essa mesma semana. Informam que possuem um Grupo
88 de Repressão ao Trabalho Escravo e que o mesmo possui uma agenda de reuniões
89 bimensais, podendo então verificar se as mesmas tinham possibilidade recair para os
90 dias dez e onze. A Sr. Conselheira Juliana pondera que a mudança de agenda, apesar da
91 falta de tempo, será muito produtiva tendo em vista a participação da CONAET na
92 reunião da COETRAES e num outro momento no Encontro de Pesquisa. Os membros
93 questionam os horários das reuniões do GPTEC, se dia doze seria apenas uma abertura,
94 ou a reunião durante o dia inteiro. Ponderam que o pensamento era pra ser no horário de
95 almoço, recordando que em São Paulo nesta data acontecerá a primeira Comissão

96 Municipal da Erradicação do Trabalho Escravo do Brasil e que é de grande importância
97 a participação. Considerando a presença da Ministra nas reuniões ser de grande
98 importância, decidem que será feito um encerramento de uma reunião dia onze e a
99 abertura de outra no dia doze para viabilizar e ajustar com a agenda da Ministra. O Sr.
100 Conselheiro Leonardo discorre sobre a carta compromisso com o trabalho escravo que
101 desde 2006 é executada pela CONATRAE, da distribuição de cargos majoritários,
102 informando que a mesma tem servido como um instrumento de pressão para
103 Governadores e Presidentes na implementação de leis contra o trabalho escravo, citando
104 como exemplo Jackson Lago, então governador do Maranhão na implementação e duas
105 ou três leis, atendendo então ao compromisso com a carta. E que a mesma está sendo
106 colocado no site compromissopelaliberdade.com.br. O Sr. Conselheira Juliana sugere
107 que um encaminhamento da carta para replicação da outras COETRAES informando
108 que em São Paulo foi instituído um procedimento para registrar aspectos de
109 acontecimentos bons e ruins dentro do Estado para que fosse então feito uma espécie de
110 *check-list* com as obras realizadas pelo Governo para dar mais transparência e
111 continuidade as obras e que uma das propostas é que isso entre na pauta da próxima
112 reunião dia sete de agosto. Os membros concordam explanando que isso servirá também
113 de como preparação para o encontro das COETRAES, e que esse procedimento deve ser
114 compromisso de todas as comissões ajudando nas publicações oficiais. Continuam
115 relatando que essas informações podem estar contidas também no site. O Sr.
116 Conselheiro Luiz Machado apresenta-se e reforça a questão do site e sua vinculação às
117 redes sociais para que possam ser estabelecidos fóruns de discussões pós eventos para
118 não necessitar esperar um encontro anual, informando o apoio do projeto do OIT. O Sr.
119 Coordenador Geral José Guerra concorda e passa para o próximo assunto da pauta que
120 se refere a 103ª participação brasileira na Conferência Internacional do Trabalho, e abre
121 a discussão agradecendo a participação do Sr. Ney do MRE que discutiu o protocolo e a
122 recomendação adicional a convenção 29. O Sr. Conselheiro Ney inicia a discussão
123 citando a negociação do protocolo e da recomendação em Genebra. Informa que criou-
124 se uma comissão com pessoas altamente qualificadas como a Sra. Ministra Ideli
125 Salvatti, e os Srs. José Guerra, Jonas, Alexandre Lira e Carlos Eduardo para obter bons
126 resultados neste processo e que por isso existem agora bons instrumentos internacionais
127 para lhe dar com o trabalho forçado depois de 74 anos desde a aprovação da convenção
128 29. Apresenta também, a coordenação obtida entre o Grulock e a delegação no Grupo da
129 América Latina em Caribe reunindo 33 países, permitindo que o posicionamento da

130 delegação tivesse um peso ainda maior e que o documento obtido no final atende a
131 preocupação de todos. Continua informando que a tradução oficial da OIT ainda não foi
132 disponibilizada, mas que o Sr. Luiz Machado já passou um texto preliminar, como
133 primeira versão, que pode ser acompanhado caso alguém tenha interesse. Os membros
134 discutem sobre as traduções estarem apenas nas línguas francesa, espanhola e inglesa,
135 constatando que a versão em língua portuguesa é apenas para acompanhamento e que
136 ainda necessita de ajustes. Retornam á discussão do protocolo e da recomendação
137 explanando a preocupação de haver um retrocesso relacionado ao conceito de trabalho
138 escravo, mas que do contrário houve um progresso, fazendo esclarecimentos sobre o
139 tráfico de pessoas, e que se encontrou uma boa formulação dizendo que existe um
140 compromisso do Estado de dar acesso a mecanismos de recuperação para essas pessoas.
141 Prosseguem ponderando sobre o foco do documento original era na prevenção e
142 reparação das vítimas, sem citar as sanções, juntamente porque a convenção 29 tinha
143 como assunto somente as sanções penais. Então foi incluída uma menção as sanções em
144 um sentido mais amplo, porém ouve um impasse relacionado ao combate do trabalho
145 escravo nas cadeias de produção, onde os empregadores tinham a visão de que a
146 responsabilidade deveria ser exclusivamente dos Governos, e os Governos entendendo
147 como uma responsabilidade de todos, mas que ao final pode-se chegar á uma redação
148 satisfatória, não tirando a responsabilidade do Governo, mas sim atribuindo-a a todos.
149 Prossegue expondo outra preocupação que seria o tráfico de pessoas e migrações no
150 documento original, temendo reprimir migrações baseados na repreensão no tráfico de
151 pessoas. O posicionamento do Brasil surpreendeu muitos países e isso foi um ponto
152 positivo, então se faz necessária a ratificação do protocolo rapidamente. Informam que
153 para isso é necessário um documento autentico assinado pelo Presidente da Conferencia
154 e do Diretor da OIT. No recebimento deste documento, virá acompanhado uma carta
155 informando a abertura do processo de ratificação. Continuam exclamando que não vê
156 obstáculos para a aprovação, e que tudo será discutido na próxima Reunião da
157 Comissão Tripartite. Pronunciam que a tradução do documento para o Português já está
158 sendo efetuada e que devem estar prontas até o dia trinta de julho para já disponibilizar
159 os documentos oficiais e que após isso serão submetidos ás Consultorias Jurídicas dos
160 Ministérios Itamaraty, SDH, Ministério do Trabalho e talvez outros, para elaborar uma
161 exposição de motivos interministeriais levados a Casa Civil. Os membros questionam a
162 citação de exploração sexual nesse debate acerca do trabalho escravo. Pontuam que na
163 proposta original a exploração sexual aparecia como um vínculo necessário ao trabalho

164 escravo, e que porém isso não procede, portanto a idéia foi desassociada para ser
165 discorrida individualmente. Pronunciam uma característica muito importante que foi a
166 unanimidade brasileira e que delegações de outros países já se dividiram em alguns
167 aspectos. Parabenizando então o exemplo concreto de atuação articulada, organizada e
168 de convergência. A Sra. Ministra Ideli Salvatti reforça que a tarefa então é acelerar junto
169 ao Congresso Nacional os tramites para que possa ser cumprido o calendário e em
170 agostoesteja tudo pronto. O Sr. Coordenador Geral José Guerra faz agradecimentos a
171 Ministra em nome dos chefes da delegação dos empregados Alexandre Forlan, da CNI,
172 ao chefe da delegação dos trabalhadores Antônio Lisboa da CUT reforçando o trabalho
173 unânime com isso obtendo uma posição muito forte e de referência. O Sr. Conselheiro
174 Nei recorda que na delegação existia um membro Representante da Sociedade Civil o
175 que não foi visto em nenhuma outra delegação. A Sra. Conselheira Larissa apresenta-se
176 e corrobora o posicionamento anterior e aborda a questão do tráfico de pessoas, citando
177 o decreto 5948 e o avanço do Brasil em compensações como o seguro desemprego, o
178 186 do código civil ressaltando a sua satisfação sobre o fato do conforto gerado aos dois
179 documentos já que a Legislação é muito bem elaborada. A Sra. Ministra Ideli Salvatti
180 finaliza sua participação salientando sua necessidade de retirar-se para resolver outras
181 pendências e desejando um bom dia aos presentes. O Sr. Coordenador Geral José
182 Guerra agradece a participação da Sra. Ministra que mesmo com a dificuldade de
183 agenda providenciou a reunião. Prossegue relatando que no dia seguinte está prevista a
184 assinatura do decreto pela Sra. Presidenta Dilma Rousseff da criação do Sistema
185 Nacional de Combate a Tortura, aprovado em lei no final do ano de 2013, contemplando
186 o avanço da legislação brasileira. Continua, dando início a discussão de outro item da
187 pauta que é a criação, a cerca de um ano, de uma Comissão Nacional a partir de
188 denúncias de exploração de trabalho em cruzeiros no geral, agradecendo a coordenação
189 da Sra. Jaqueline pelo SINAIT. Relata sobre o primeiro resgate de onze trabalhadores
190 que foi feito nos dias quinze e dezesseis de março com início no Porto de Santos
191 terminando no Porto de Salvador já informando que o Sr. Alexandre fará um breve
192 relato sobre o acontecimento, que existem gravações em CD e DVD com esse relatório
193 e que o mesmo será disponibilizado a CONATRAE e COETRAE. Os membros
194 sugerem a modernização das informações e informam que enviaram o link do dropbox
195 para a visualização. Agradecem ao Sr. Alexandre Lira, Auditor fiscal do trabalho e
196 relatam acerca do pronunciamento de Ariano Suassuna sobre a vida ser um espetáculo
197 belíssimo, justificando sua exclamação com o agradecimento á oportunidade de atuar na

198 presença do Estado fazendo uma incursão nos navios de cruzeiros e a participação em
199 Genebra explanando a boa experiência de estar ao lado de 185 países e ainda assim
200 conseguir avançar com um documento de tanta importância. Reforça a existência de
201 uma divisão na Secretaria de Inspeção do Trabalho que mantém fiscalizações ordinárias
202 nos navios com o envolvimento contando com a presença da Marinha do Brasil, o SDH,
203 ANVISA, PF, MDF, MPT, DPU, Auditor Fiscal do Trabalho e AGU, organizados para
204 a busca de um bom resultado no resgate de trabalhadores e comenta o trabalho escravo
205 em navios como sendo um assédio moral com trabalhos exaustivos de quatorze a
206 dezesseis horas de trabalho e que até mesmos as folgas eram interrompidas por reuniões
207 inúteis, que por essas os trabalhadores não conseguiam repor suas energias. Ainda
208 assim, a empresa fiscalizada alegou que é de conhecimento de todas as MSC que a
209 mesma seguia o contrato internacional, mesmo que este não exista literalmente.
210 Homenageia a SDH com o trabalho esforçado das Sras. Camila e Judith no colhimento
211 de informações. Informa que no dia anterior o Dr. Oswaldo em uma reunião com o Sr.
212 Ministro Joaquim Barbosa, pediu que os casos de trabalho análogo escravo fossem
213 incluídos como metas e relata que para retirar os trabalhadores dos navios não foi fácil
214 pois os mesmos questionavam sobre como ganhar dinheiro se não fosse por seu
215 trabalho, mesmo que árduo. E pede assistência do estado, fazendo um jogo de palavras
216 com as redes sociais, expondo que os trabalhadores estão preocupados com suas guias
217 de Seguro Desemprego, pedindo para que a Sra. Silvana providencie um mecanismo
218 para a criação de um instrumento de diálogo com a Magistratura de Salvador, informa
219 ainda que a audiência inaugural será dia vinte e oito. Um dos membros explana que
220 sentiu-se impressionado também com os acontecimento do dia citado e sobre o
221 posicionamento dos trabalhadores e que se faz necessário criar também no TST uma
222 Comissão do Trabalho Escravo como existe a de Trabalho Infantil e a do Trabalho
223 Saudável e Seguro. Aborda está tendo algumas dificuldades com o Sr. Ministro
224 Levenhagen e que espera, agora com a mudança Presidência do Supremo e com a
225 mudança no CNJ, um avanço mais consistentemente com o apoio do Sr. Ministro
226 Lewandowski. A Sra. Jaqueline completa a idéia anterior explicando que é encontrada
227 uma dificuldade para tirar esses trabalhadores de suas situações por não conseguirem
228 oferecer nada além de três a quatro parcelas de salário mínimo, sendo que os mesmos
229 recebem cerca de seis a oito mil reais em suas atividades. Os membros firmam a posição
230 em relação a Secretaria de Inspeção do Trabalho que no ano anterior, juntamente com
231 os Srs. Marcelo Campos e Calisto e as Sras. Virna e Diana de que não se pode mudar a

232 posição de identificar e afastar esses trabalhadores destas funções independente de suas
233 remunerações. Relatando os problemas de tramites legais para o recebimento de Guias
234 de Seguro desemprego, e tentar apresentar ao trabalhador os seus Direitos reforçando a
235 idéia de que saindo daquela situação eles receberão o apoio do Estado. O Sr.
236 Coordenador Geral José Guerra questiona se nessa fiscalização no navio não foi
237 possível ajustar condutas para contemplar dois trabalhadores que não quiseram sair de
238 tal situação. Os membros informam que não, pois não havia nenhum instrumento formal
239 que protegesse esses trabalhadores. O Sr. Coordenador Geral José Guerra recorda-se de
240 um caso parecido no Pará em que o proprietário do navio negava-se ao Termo de Ajuste
241 e Conduta, negando o pagamento e então, salvo esteja enganado, que o Ministério
242 Público do Trabalho solicitou o bloqueio das contas, e se neste caso isso havia sido
243 feito. Os membros respondem que sim. Mas que num primeiro momento a Sra. Juíza
244 entendeu que não era o caso de bloqueio de conta, mas que agora está sendo discutida a
245 Ação Civil Pública explicando que um juiz só pode limitar contas baseado em
246 condições previstas na Lei. Os membros retornam o assunto da jornada exaustiva
247 exemplificando com o trabalho de um caminhoneiro que trabalha quarenta horas
248 ininterruptas para obter um salário maior ao invés das horas normais para obter um
249 salário da categoria, informando este ser o maior problema, tratando então esta vertente
250 como um problema de convencimento. O Sr. Conselheiro Jonas explana sobre o
251 problema das estradas citando o Sr. Paulo Douglas como representante da Comissão no
252 Congresso Nacional para levar esse posicionamento. A Sra. Conselheira Silvana
253 informa que foi dado um prazo de sábado para terça para atendimento de processos
254 dessa demanda e que devido ao curto tempo não foi possível articular nenhum tipo de
255 plantão. A Sra. Conselheira Raíssa da OAB, questiona se houve alguma atuação em
256 relação aos trabalhadores estrangeiros do navio ou se foram apenas abordados os
257 brasileiros. Os membros informam que aquela não foi uma boa experiência e que ali
258 estavam apenas compartilhando angustias com relação ao acontecido, citando ainda que
259 se o número de trabalhadores fosse maior a frustração seria ainda mais alarmante,
260 lembrando que ainda faltaram níveis do navio para serem fiscalizados. Salientam que
261 se o numero de trabalhadores nessa situação fosse maior a situação seria ainda mais
262 alarmante no aeroporto, e que mesmo com a equipe sendo pequena, os trabalhos no
263 SINAIT tem sido árduos e de grande empenho. Discorrem a necessidade de existir uma
264 campanha de prevenção nas COETRAES, CONATRAES e Organizações alertando
265 sobre essa prática. Discorre sobre a conscientização que deve ser feito para cada

266 trabalhador sobre seus direitos e suas condições de trabalho, apresentando a proposta de
267 conversar diretamente com as empresas estabelecendo uma linha de frente de
268 repreensão. Apontam uma proposta de criação de um manual, com a ajuda de uma
269 Consultoria para ajudar na redação desse texto, e que quando foram recebidas denúncias
270 da Divisão de Trânsito dos Aquaviários foram também recebidos pedidos de ajuda pelos
271 Srs. Reinaldo e Raul acerca de conversas antigas com empresas, de que há um TAC
272 assinado pela CONAQ e pela Coordenação do Ministério público do trabalho, e que
273 essas conversas não estão levando a nenhum resultado sendo necessária uma discussão
274 acerca disso. A Sra. Conselheira Raíssa, sugere que antes da criação de um manual era
275 necessário um levantamento sobre a relevância do próprio em âmbitos do trabalho
276 estrangeiro. Os membros concordam que essa questão deve ser abordada em outra
277 reunião e organizam o pronunciamento de cada representante para fazer os informes
278 necessários. A Sra. Conselheira Jaqueline pronuncia-se informando da falta de auditores
279 fiscais do trabalho em todas as Superintendências Regionais, e que a Auditoria Fiscal é
280 contra a integração do Sistema Único – SUT, pois este fere a Convenção 81 da OIT,
281 informando que se este sistema for implementado fragilizará todas as ações de combate,
282 solicitando que os membros verificassem mais sobre o assunto em suas pastas que a
283 princípio eram poucas mas que seriam disponibilizadas em número maior
284 posteriormente. Continua abordando o retrocesso social que os ataques frontais da
285 classe patronal e do Ministério do Trabalho às competências em relação a embargo e
286 interdições geram. Aborda sobre a preocupação com as agressões sofridas por colegas
287 de trabalho em diversas regiões, e que os mesmos já foram mantidos até em cárcere
288 privado, além dos assassinatos em Unaí, Minas Gerais. Prossegue citando o ataque à
289 Sra. Senadora Katia Abreu e ao Sr. Coordenador Humberto Célio, reafirmando a defesa
290 aos grupos móveis que tem sido o que as organizações tem de melhor, fazendo
291 referência ao Artigo 149 citando um corpo de auditores e servidores públicos de várias
292 instituições empenhados na erradicação do trabalho escravo no Brasil. Relata que é a
293 terceirização precária que leva ao trabalho infantil, ao trabalho escravo, o assédio moral,
294 sexual e discriminação no trabalho, solicitando algum posicionamento da CONATRAE
295 sobre esse ponto. Informa sobre a morte de seis trabalhadores na montagem das redes de
296 distribuição de energia Santo Antônio Giral onde a contratação de profissionais envolve
297 seleção, recrutamento, capacitação e experiência técnica, porém, que são ineficientes já
298 que os mesmos não entendiam o que estava sendo dito em termos técnicos nos manuais e
299 por esses trabalhadores estarem agilizando um processo de montagem ninguém se

300 pronunciou sobre isso, mesmo sendo um trabalho perigoso. Salienta novamente a
301 necessidade de mais auditores e sugere que os membros do GTTE elaborem uma
302 notificação recomendatória para ser encaminhada para todas as empresas da construção
303 civil, do setor elétrico, com relação à contratação de trabalhadores estrangeiros. Termina
304 seu pronunciamento anunciando que o CNJ assinou um convênio com o SINAIT a OIT
305 no Movimento de Ação Integrada já pedindo um esforço por parte da CONATRAE no
306 fortalecimento da atuação do Ministério Público do Trabalho e do Judiciário Trabalhista
307 da 14ª Região. A Sra. Conselheira Lilian apenas salienta a diminuição do número de
308 fiscais em mais de mil apresentando em contrapartida o crescimento do Brasil em vinte
309 anos e que é necessário disponibilizar aos trabalhadores documentos traduzidos á sua
310 língua materna. A Sra. Conselheira Raíssa discorre novamente o assunto da
311 terceirização e seus aspectos negativos e quefoi criado um Fórum Nacional Permanente
312 em defesa dos direitos dos trabalhadores ameaçados pela mesma. Informa que será
313 enviado por e-mail um convite ao Seminário Terceirização no Brasil, Impactos,
314 Resistências e Lutas, que vai ser realizado nos dias quatorze e quinze de agosto em
315 Brasília. A Sra. Conselheira Luciana, representanteda Associação dos Advogados
316 Trabalhistas, agradece a sua participação na CONATRAE e afirma estar por dentro de
317 todos os assuntos tratados até agora como havia comentado com a Sra. Presidente da
318 Associação dos Advogados Trabalhistas Dra. Alessandra Camarando. Traz á todos os
319 membros um convite da ABRAT para o Congresso Nacional dos Advogados
320 Trabalhistas em sua 36ª edição que será realizado nos dias dez, onze e doze de setembro
321 no Minas Centro, em Belo Horizonte tendo como abertura o show de Milton
322 Nascimento. A Sra. Conselheira Silvana informa sobre a Sexta Edição do Prêmio de
323 Direitos Humanos, convidando todas as entidades parceiras, enaltecendo a premiação de
324 dez mil reais para três categorias e algumas subcategorias e já pedindo a colaboração na
325 divulgação do evento por meio dos folders e o cartaz disponibilizados. O Sr.
326 Conselheiro Ebenézer da COETRAE Rio de Janeiro solicita uma representação das
327 COETRAES na CONATRAE sendo eleitas uma COETRAE representante e uma vice,
328 para que se obtenha mais diálogo entre as representações estaduais. Sugere que no dia
329 da realização de reunião da CONATRAE as COETRAES também fizessem reuniões
330 para que exista mais encontros e concreta comunicação entre todos. Termina seu
331 pronunciamento solicitando maiores detalhamentos em relação ao Disque Denúncia do
332 Rio de Janeiro e que esta solicitação seria entrega por meio de um ofício. Os membros
333 concordam com este posicionamento, afirmando o aspecto positivo da viabilização

334 desses diálogos por meio de uma rede. O Sr. Conselheiro Rogenir discorre sobre a
335 *FreedomFund, Fund* que é um fundo criado por três grandes fundações que pretende
336 desenvolver cinco iniciativas contra o tráfico humano no mundo, que acontecerá em
337 primeiro momento na Índia, outra no Nepal e também uma no Brasil, tendo como foco a
338 vinculação entre o trabalho escravo e a questão ambiental, trabalho escravo e
339 desmatamento, priorizando os estados Pará, pelo grande impacto de desmatamento, e
340 Maranhão com maior incidência de migrações para outros estados. Prossegue
341 informando que uma equipe dessa organização visitará as cidades de Altamira no Pará,
342 entre dezessete a dezenove, em Belém entre vinte e vinte e três, Açailândia no
343 Maranhão de vinte e três a vinte e seis, Araguaína no Tocantins de vinte e seis a vinte e
344 oito de agosto e Brasília de vinte e nove a primeiro de setembro e recorda que alguns e-
345 mails com convites já foram enviados. O Sr. Conselheiro Carlos Eduardo reforça o
346 posicionamento da Sra. Conselheira Raíssa acerca das terceirizações e suas
347 consequências negativas nas relações de trabalho lembrando os dados do DIEESE que
348 apresentam oitenta por cento dos casos de acidente de trabalho, inclusive nos fatais,
349 envolvendo casos de terceirização, citando o PL 4330 estando em tramitação no
350 Congresso Nacional. Informa ainda que talvez se consiga por meio dessa repercussão
351 geral no âmbito do Supremo Tribunal Federal atuar no caso com contatos permanentes,
352 tendo um grupo de trabalho da Procuradoria Geral do Trabalho, com a participação da
353 ANPT, atuando junto ao Ministério Público Federal e o Subprocurador Geral da
354 República, que está com o caso para emissão de parecer, inclusive em contato com o
355 Procurador Geral da República, por meio de escritório de advocacia Aline & Roberto,
356 representado na condição de *amicuscuriae*, na realização do seminário nos dias quatorze
357 e quinze de agosto e que tem a ANPT, a ANAMATRA e outras entidades e instituições
358 como apoiadoras. O Sr. Conselheiro Alexandre do MTE discorre sobre a preparação de
359 uma nota pela SIT publicada pelo SINAIT que está na ASCOM já há três dias. Faz um
360 apelo aos parceiros para que o auditor não seja defendido, e sim o Grupo Móvel que já
361 tem atuação de vinte anos no resgate de quarenta e seis mil e pagamento de oitenta e
362 seis milhões em suas práticas replicadas nas unidades regionais. O Sr. Coordenador
363 Geral José Guerra aproveita o tempo entre a pronúncia de outro membro para
364 informar a saída da Sra. Secretária Executiva Kátia e a entrada da Sra. Edilene. A Sra.
365 Conselheira Juliana agradece novamente sua participação na COETRAES ainda que
366 como ouvinte. Continua informando que na última reunião da COETRAE em São Paulo
367 foi trazida a minuta de diretrizes gerais para serem analisadas, e que as mesmas estão

368 disponíveis nos e-mails dos Srs. Sakomoto, José Guerra e João Guilherme Granja que
369 fazem parte do GT. Aproveita e questiona se existe algum interesse em dar continuidade
370 da manifestação sobre o que foi colocado na última reunião da CONATRAE, e pede um
371 esclarecimento sobre o posicionamento do representante do Ministério das Relações
372 Exteriores sobre a questão da exploração sexual como forma de trabalho, fazendo
373 menção que há um ano, por conta de Belo Monte, a CONATRAE emitiu uma nota
374 abordando a exploração sexual considerando como exemplo uma prostituta, que por vez
375 pode ser uma profissional do sexo e por outra pode estar sendo submetida a uma
376 situação de exploração sexual garantindo sua indenização nesta condição. O Sr.
377 Coordenador Geral José Guerra se pronuncia em relação ao plano de ação, informando
378 que quando o Ministério da Justiça assinar o protocolo, passa a ser o responsável a dar
379 continuidade a essa discussão mas que colocasse disponível para eventuais discussões.
380 Um dos membros solicita que a portaria 01/97 do MTE fosse revista para permitir a
381 descentralização do serviço e o acesso aos estrangeiros de maneira mais ampla e
382 igualitária, à condição de emissão de carteira brasileiros e questiona a necessidade de
383 dirigir-se à Sra. Ministra ou se o assunto já poderia ser resolvido. Os membros
384 ponderam que essa deve ser uma posição do Ministério da Justiça. O Sr. Conselheiro
385 Ney esclarece que o tráfico de pessoas para o propósito de exploração sexual, não
386 necessariamente envolve exploração laboral, sendo necessário então dois protocolos. O
387 Sr. Conselheiro Reinaldo Damascena informa que puderam ser vistas algumas
388 discrepâncias nas atas foram disponibilizadas pela CONATRAE por meio
389 eletrônico. Solicita uma panorâmica de como está o regimento interno da CONATRAE e
390 compartilha com o SINAIT a preocupação do SUST, Sistema Único de Trabalho, ser
391 um tema delicado atingindo um confronto quadripartista. O Sr. Coordenador Geral José
392 Guerra relata sobre o regimento na esperança de ter validade esse texto jurídico no final
393 do mês. Reforça a previsão da próxima reunião para os dias dezoito ou vinte e seis
394 com a previsão de publicação oficial da data no dia vinte ou vinte e sete de agosto,
395 aguardando somente a comparação com a agenda da Sra. Ministra. Explica a tentativa
396 de fazer essa publicação o mais rápido possível para que haja uma preparação antes da
397 reunião. Ressalta e reitera que quem fez os informes de cursos, de congressos, dos
398 eventos, possa os enviar por escrito para serem fixados na ata e que assim que obtiver
399 uma data fechada da próxima reunião será feita a convocação. **ENCERRAMENTO:**
400 Não havendo nada mais a tratar o Sr. Coordenador Geral José Guerra agradece e encerra
401 a Reunião do CONATRAE do dia vinte e quatro de julho de dois mil e quatorze.

402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435

Brasília,
Julho de 2014